



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 20/2012

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2007, de 14 de setembro, foi autorizada a realização da despesa até ao valor máximo de € 30 000 000, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, e determinada a abertura de procedimento de concurso público internacional com vista à aquisição de um sistema eletrónico de segurança física, composto por um sistema de videovigilância e um sistema de alarmes de intrusão, para as escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário, e ainda de serviços de segurança e monitorização remota.

O objetivo desta medida teve em vista a concretização da melhoria das condições de segurança física das escolas.

Pela mesma Resolução foi delegada, com a faculdade de subdelegação na Ministra da Educação, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito do referido procedimento, incluindo a celebração do contrato. A execução deste contrato revela, agora, a necessidade de o Estado Português introduzir alterações ao respetivo clausulado, justificadas pelas alterações manifestadas no contexto da reorganização da rede escolar, que implicou o encerramento e a criação de escolas, com implicações em termos de redução e reconfiguração da prestação de serviços e de bens, e, conseqüentemente, da revisão do preço contratual.

Neste contexto, e considerando que a competência delegada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2007, de 14 de setembro, se extinguiu, importa conferir ao atual Ministro da Educação e Ciência, com faculdade de subdelegação, as competências para proceder à prática de atos, em sede de execução contratual, relativos ao contrato celebrado em 20 de março de 2009.

Assim:

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Delegar no Ministro da Educação e Ciência, com a faculdade de subdelegação, a competência para praticar todos os atos necessários ao acompanhamento e à execução do contrato celebrado na sequência do procedimento pré-contratual, autorizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2007, de 14 de setembro, relativo à aquisição de serviços e bens necessários à implementação do sistema eletrónico de segurança física para as escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário, incluindo a sua modificação e a celebração da respetiva adenda.

2 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

17 de maio de 2012. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.
9872012

Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

Aviso n.º 7642/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por despacho de 10 de janeiro de 2012 do Conselho Diretivo da AMA, IP e na sequência de procedimento concursal comum para constituição jurídica de emprego público por tempo indeterminado na carreira e categoria de assistente técnico, aberto pelo Aviso n.º 19510/2011, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 189, de 30 de setembro, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Francisco José Marinho Paulo, sujeito a período experimental de 120 dias, conforme Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 188, de 28 de setembro, sob a forma de acordo coletivo de carreiras e o Regulamento de extensão ao Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República* n.º 142, de 2 de março de 2010, com efeitos a 6 de fevereiro de 2012, ficando posicionado entre 1.ª e 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de assistente técnico e entre 5.º e 7.º nível remuneratório da tabela remuneratória aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

1 de fevereiro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *João Miguel Martins Ribeiro*.

206135834

Aviso n.º 7643/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por despacho de 10 de janeiro de 2012 do Conselho Diretivo da AMA, IP e na sequência de procedimento concursal comum para constituição jurídica de emprego público por tempo indeterminado na carreira e categoria de assistente técnico, aberto pelo Aviso n.º 19510/2011, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 189, de 30 de setembro, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Maria José de Jesus Marques dos Santos, sujeita a período experimental de 120 dias, conforme Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 188, de 28 de setembro, sob a forma de acordo coletivo de carreiras e o Regulamento de extensão ao Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República* n.º 142, de 2 de março de 2010, com efeitos a 6 de fevereiro de 2012, ficando posicionada na 6.ª posição remuneratória da carreira/categoria de assistente técnico e no 11.º nível remuneratório da tabela remuneratória aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

1 de fevereiro de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *João Miguel Martins Ribeiro*.

206135826

Aviso n.º 7644/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por despacho de S. Exa. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, datado de 7 de maio de 2012, e na sequência de procedimento concursal comum para constituição jurídica de emprego público por tempo indeterminado na carreira e categoria de técnico superior, Ref. A001_DPC, aviso de abertura n.º 2165/2012, 2.ª série do *Diário da República*, n.º 31, de 13 de fevereiro, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Josefina Maria Monteiro Silva Lopes Ramalho, sujeita a período experimental de 180 dias, conforme Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 188, de 28 de setembro, sob a forma de acordo coletivo de carreiras e o Regulamento de extensão ao Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República* n.º 142, de 2 de março de 2010, com efeitos a 24 de maio de 2012, com a remuneração base mensal de €1.959,30, ficando posicionada entre a 5.ª e 6.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior e entre o 27.º e 31.º nível remuneratório da tabela remuneratória aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

24 de maio de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral da AMA, I. P., *João Miguel Martins Ribeiro*.

206135201

Aviso n.º 7645/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por despacho de S. Exa. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, datado de 7 de maio de 2012, e na sequência de procedimento concursal comum para constituição jurídica de emprego público por tempo indeterminado na carreira e categoria de técnico superior, Ref. A002_DAG/RF, aviso de abertura n.º 2165/2012, 2.ª série do *Diário da República*, n.º 31, de 13 de fevereiro, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Paulo Jorge Yee Ribeiro, sujeito a período experimental de 180 dias, conforme Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 188, de 28 de setembro, sob a forma de acordo coletivo de carreiras e o Regulamento de extensão ao Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República* n.º 142, de 2 de março de 2010, com efeitos a 24 de maio de 2012, com a remuneração base mensal de €1.201,48, ficando posicionado na 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior e no 15.º nível remuneratório da tabela remuneratória aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

24 de maio de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral da AMA, I. P., *João Miguel Martins Ribeiro*.

206135226